



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 22ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 18 de abril de 2016, com início às nove horas e quarenta e cinco minutos sob a presidência do vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta à sessão e solicito ao senhor secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Ofício nº 19/2016/PMRL do gabinete do vereador Marcos Rios, informando sobre a licença do mandato por motivo de saúde. Projeto de resolução nº 5/2016. Projeto de lei nº 34/2016. Projeto de lei nº 36/2016. Projeto de lei nº 37/2016. Projeto de lei nº 38/2016. Ofício GAB nº 124/2016, do Executivo Municipal, requerendo a retirada do Projeto de lei nº 43/2014. Ofício GAB nº 120/2016, do Executivo Municipal, requerendo a retirada do Projeto de lei complementar nº 01/2016. Parecer nº 56 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 5/2016. Parecer nº 3 favorável da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente ao Projeto de lei nº 17/2016. Parecer nº 7 favorável da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de lei nº 17/2016. Parecer nº 45 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 17/2016. Parecer nº 52 contrário da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 24/2016. Parecer nº 8 favorável da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de lei nº 24/2016. Parecer nº 4 favorável da Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização dos Serviços Públicos Municipais ao Projeto de lei nº 24/2016. Parecer nº 8 favorável da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de resolução nº 1/2016. Parecer nº 50 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de resolução nº 1/2016. Ofício SEAJUR/ATL nº 71/2016, em resposta ao requerimento nº 68/2016 do vereador Jorge Bocasanta. Ofício SEAJUR/ATL nº 78/2016, em resposta ao requerimento nº 71/2016 do vereador Celso Dal Molin. Ofício SEAJUR/ATL nº 69/2016, em resposta ao requerimento nº 72/2016 do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 73/2016, em resposta ao requerimento nº 69/2016 da Comissão de Saúde e Assistência Social. Ofício SEAJUR/ATL nº 74/2016, em resposta ao requerimento nº 64/2016 do vereador Jorge Bocasanta. Ofício SEAJUR/ATL nº 72/2016, em resposta ao requerimento nº 63/2016 do vereador Rui Capelão. Ofício SEAJUR/ATL nº 82/2016, em resposta ao requerimento nº 45/2016 do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 84/2016, em resposta ao requerimento nº 70/2016 da Comissão de Saúde e Assistência Social. Ofício do Centro Educacional Shalom, solicitando visita educativa no dia 18/04/2016. Ofício nº 528/2016/GS/SEED da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao requerimento nº 306/2015 do vereador João Paulo de Lima. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores: João Paulo de Lima, Luiz



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Frare, Paulo Porto, Fernando Winter, Professor Paulino e Romulo Quintino. – Presidente: Finda está à matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**: - Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (não houve). Antes de iniciarmos a ordem do dia, hoje é uma sessão especial. Vocês sabem que essa mesa diretora, desde o início dos seus trabalhos, tem uma preocupação de resgatar um pouco da história do município de Cascavel. Estamos na iminência de concluirmos aqui, o nosso Memorial Mário Pereira; onde teremos um espaço contando a história de todas as legislaturas, com fotos de todos os senhores vereadores, desde a primeira legislatura. Dentro desse espírito achamos justo nomear, já está nomeado, mas faltava uma referência aqui, no plenário como órgão supremo desta Casa, o Palácio José Neves Formighieri. Embora seja uma homenagem mais do que justa, o senhor José Neves Formighieri foi o primeiro prefeito de Cascavel e também, foi vereador nesta Casa e essa homenagem não constava em nosso plenário; apenas nos documentos oficiais. Então, hoje faremos o descerramento da placa fazendo esta justa homenagem. Não tem como contar a história de Cascavel, sem fazer uma referência especial, evidentemente à família Formighieri, ao senhor José Neves Formighieri, até pelo fato de além de ser pioneiro, de ter sido o primeiro prefeito de Cascavel. Então nesse momento especial, eu convido ao seu filho o senhor Marcos Formighieri e também, a sua esposa dona Rosana Formighieri pra que venham aqui em cima, pra que a gente possa fazer o descerramento do letreiro. Na sequência passaremos a palavra ao senhor Marcos Formighieri, pra falar em nome do homenageado. (O senhor Marcos Formighieri lembrou a importância do trabalho realizado pelo seu genitor, enquanto primeiro prefeito e a contribuição para o desenvolvimento futuro de Cascavel. Recordou também, o período em que atuou ele próprio como vereador nesta Casa de Leis, destacando o empenho para formular o projeto de lei que deu origem à Unioeste. Por fim, agradeceu pela homenagem tributada.) – Presidente: Nós que agradecemos. Sempre um privilégio ouvir a história de Cascavel, se este é nosso futuro é porque temos um passado formado por homens como o seu pai, o senhor José Neves Formighieri. Então, receba esta singela homenagem: você e a sua família, como muito obrigado da cidade Cascavel pela história do seu pai e da sua família nessa terra. Senhores vereadores, antes ainda de iniciarmos a ordem do dia, eu quero agradecer e convidar pra que venha à tribuna o Dr. Rodrigo Nicácio. Ele, que é o responsável do Consamu, gestor do Consamu e atendeu o convite desta presidência para que comparecesse a esta sessão, para discutirmos essa questão tão sensível e que nos preocupa tanto, a questão dos leitos SUS na cidade de Cascavel. Então, convido o Dr. Rodrigo que use a tribuna. (Dr. Rodrigo Nicácio trouxe um levantamento dos atendimentos realizados pelo Consamu, desde que este se tornou uma operação regionalizada; apontando o percentual que o município de Cascavel representa. Discorreu sobre as atribuições técnicas e gestoras do médico regulador, destacando a questão da vaga zero e as dificuldades enfrentadas na prática; ao tempo que citou algumas providências que podem ser tomadas para amenizar os problemas existentes. Ao final, se colocou à disposição dos senhores



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vereadores). – Vereador João Paulo de Lima: Gostaria de fazer alguns questionamentos. Agradecer Dr. Rodrigo as suas colocações, mas eu quero indagar o senhor em alguns fatos, aqui. São 3 perguntas e vou fazer à primeira, depois o senhor respondendo, gostaria que o senhor repassasse às outras. O que é vaga zero? Por que as pessoas estão morrendo nas UPA's com vaga zero? Se vaga zero tem que sair imediatamente da UPA e, o que está acontecendo com o SAMU que, não retira essas pessoas? Nós tivemos aí dias atrás, 3 pessoas morrendo e essas 3 pessoas no mesmo dia, com vaga zero e o SAMU não fazendo a transferência da UPA para o hospital. Eu gostaria que o senhor nos esclarecesse isso e aí, eu faço a outra pergunta. - Dr. Rodrigo Nicácio: O SAMU determina as vagas zero. Por que a gente não determina mais vagas zero? Por que a gente não manda todo mundo pra o Hospital Universitário e do hospital pra o hospital privado, e daí pra onde quer que seja? Porque chegamos no limite extremo da situação de: eu não ter espaço físico para encostar o paciente no HU. O HU tem uma estrutura física, o suporte que a gente chama de sala de emergência, inclusive está credenciada como UTI, e nela cabe 5 pacientes. Neste momento, eu saí do plantão agora a pouco e, esse ambiente que é feito pra 5, tem 7 e já não cabe o 8º; então a questão passou de uma gravidade maior do que o sufoco, o aperto. O estrangulamento do sistema é tão grande que, eu não tenho condição de tirar um paciente da UPA mesmo diante de grave enfermidade: tirá-lo de um suporte, onde recebe ventilação mecânica, onde ele recebe antibiótico, ele tem um monitor cardíaco, ele tem um médico, enfermeiro, tirá-lo desse ambiente e colocá-lo no corredor. Hoje, eu tenho 2 pacientes nas UPA's aguardando a vaga, com condição de ser determinada vaga zero para 2 pacientes e não há espaço físico. O estrangulamento é tão grave que antes a gente conseguia: dentro do aperto do HU, do aperto dos hospitais privados, trazer o paciente e colocar no ambiente adequado, digno para manutenção e continuidade do seu tratamento; hoje não há espaço físico. A gente tem uma rotina no SAMU, de todos os dias às 7:00, às 13:00 e às 19:00, ligar para todos hospitais públicos e privados pra atualizar a situação de leito, inclusive privado. Quando a gente acha um leito privado, a gente bloqueia e determina vaga zero. Pega um paciente do SUS e coloca no leito privado; só que nem isso a gente está conseguindo fazer no privado. O estrangulamento é grave. Em relação aos 3 pacientes, a gente acompanhou os casos, foram 3 casos em que dois deles chegaram na UPA: fomos acionados para regulação e eles entraram em óbito, em poucas horas. Chegaram graves de casa, um deles levado pela família; um deles levado pelo SAMU; foram atendidos em casa e o outro paciente: uma senhora que nós não conseguimos direcionar para o hospital, a tempo. Nos frustramos e, nós nos sentimos, muitas vezes, derrotados por não conseguir levar estes pacientes para o local, onde eles mereçam um atendimento completo: que é um ambiente hospitalar. - Vereador João Paulo de Lima: Minha última pergunta e, eu quero colocar um áudio que foi uma entrevista da 10ª Regional de Saúde na CBN. Mas antes eu quero aqui, novamente deixar registrado nos anais desta Casa e dizer que: realmente não sei o que está acontecendo com a saúde pública de Cascavel, num sentido geral. Deixar registrado que, mais uma morte por H1N1 e até



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

agora, os gestores da saúde não se sentam pra resolver isso. Eu não falo somente do SAMU, eu estou falando aqui da 10ª Regional de Saúde, estou falando aqui da Secretaria de Saúde porque é aquela minha fala: não se unem pra resolver o problema. Eu gostaria de colocar o áudio, depois eu encerro com uma pergunta. – Vereador Celso Dal Molin: Enquanto isso; posso fazer uma pergunta? O Ministério Público faz alguma interferência e se ele faz até que ponto? - Dr. Rodrigo Nicácio: Ele tem ação demandada pelas famílias, que buscam o promotor por medida extrema. Geralmente são situações que não são do SAMU, são internações eletivas em que o paciente fica 4, 5, 6, 8, 10 dias esperando e necessita resolver seu problema. O Ministério Público pode acolher ou não a solicitação e, conforme parecer do juiz: assinar uma liminar de internação. Sexta-feira passada, nós cumprimos uma internação. Quando há necessidade a gente também demanda o Ministério Público, nestes casos. (Execução do áudio) - Vereador João Paulo de Lima: Se não tem vaga, quem regulariza é o SAMU, certo? Mas gostaria de questionar o seguinte: se não tem vaga, quem responde é o SAMU ou a 10ª Regional? - Dr. Rodrigo Nicácio: Como o sistema está de abrangência e corresponde a 10ª, escalonar essa busca de vagas e nisso a Central de Leitos é fundamental; mas como o sistema está estrangulado, a gente precisa fazer escalonar essa busca. E nisto a Central de Curitiba tem alcance estadual: que seria a transferência de um paciente daqui pra Campo Largo, Curitiba e isso, a gente faz com frequência. – Vereador Jaime Vasatta: Essa vaga zero realmente é uma piada, pois temos falado muito tempo. Até a Comissão de Saúde tem debatido bastante esse assunto e chega a situação que um médico, devido ao risco de vida que a pessoa está ali, ele toma a decisão de, não tem pra onde mandar, o hospital privado é a última alternativa e doutor: o senhor comentou que muitas vezes o hospital privado tem que buscar a força policial pra essa pessoa ser atendida e, essa conta fica pra quem? - Dr. Rodrigo Nicácio: O hospital privado recorre contra o Estado. Existe uma portaria do Supremo Tribunal Federal que está claríssimo que: a conta quem paga é o Estado, só que paga na Justiça e com Tabela SUS. A determinação da vaga zero é uma maquiagem. O médico da UPA fica aliviado, porque a gente retirou o paciente e o médico do SAMU fica aliviado, porque resolveu o problema. A família fica tranquila, porque o paciente foi pra o hospital, mas ele foi pra um local que a gente sabe que ele não cabe e, não tem condições de recebê-lo. Como o governo começou a cair ontem, dos 7 palmos caiu 5, vamos ver se temos um novo tempo; porque do jeito que está, não vai ficar. Infelizmente, mais pessoas vão morrer nas UPA's, porque a gente não vai conseguir sequer tirá-las do corredor. – Vereador Jorge Bocasanta: Quanto tempo você é presidente e responsável pelos médicos do CONSAMU? - Dr. Rodrigo Nicácio: Desde o início. – Vereador Jorge Bocasanta: E o que você fez perante a Justiça, pra melhorar essa situação? Você levou alguma vez pra Justiça? Você tem papel escrito ou não? - Dr. Rodrigo Nicácio: O Comitê de Urgência que é o órgão regional com reuniões trimestrais e extraordinárias, ele tem participação do promotor e ele está frequentemente nas reuniões. Falamos com ele numa frequência maior do que gostaríamos, ele demanda várias liminares pras famílias e pra atender esse gargalo. –



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vereador Jorge Bocasanta: Você tem por escrito as queixas que estão matando gente, estão vendo que está morrendo gente? Nós, como médicos, temos a obrigação moral e ética de defender a vida. Você escreveu alguma coisa pra o promotor, intimou ele a tomar providência ou não? No papel, sim ou não? - Dr. Rodrigo Nicácio: O promotor é ciente do que está acontecendo. – Vereador Jorge Bocasanta: Então segundo o senhor, este promotor é incompetente. - Dr. Rodrigo Nicácio: O senhor que está dizendo. – Vereador Jorge Bocasanta: O senhor escreveu ou não? Se você mandou esses papéis... - Dr. Rodrigo Nicácio: O promotor é ciente do que está acontecendo. – Vereador Jorge Bocasanta: Então esse promotor, segundo você, é incompetente? - Dr. Rodrigo Nicácio: O senhor que está falando isso. – Vereador Jorge Bocasanta: Você escreveu ou não? Se você escreveu, gostaria que trouxesse aqui pra que a gente tomasse as devidas providências. O senhor tem que tentar lutar pela vida dos pacientes. Se não tiver vaga e está morrendo, você tem que escrever por escrito. - Dr. Rodrigo Nicácio: O senhor tem que lutar 3 vezes, como: médico, vereador e como do partido do governo. Sua responsabilidade é muito maior que a minha. Toda vez que a gente teve necessidade de informar a Promotoria o estrangulamento do sistema, que não há leito, fizemos por escrito. – Vereador Jorge Bocasanta: Queria que você me trouxesse por escrito que, o povo está morrendo nas UPA's, está morrendo na vaga zero e o promotor é o responsável. - Dr. Rodrigo Nicácio: O senhor demanda por escrito que a gente manda, com prazer. – Vereador Jorge Bocasanta: De noite tem transporte aéreo? - Dr. Rodrigo Nicácio: Não. Quando o tempo permite, o avião vem à noite, mas aqui em Cascavel é difícil. – Vereador Jorge Bocasanta: Não tem luz pra andar; porque em Cascavel temos a queixa do seguinte: que tu estava na regulação do avião e um dia desses, um paciente foi daqui a Campo Largo e tem essa queixa, e ele acabou morrendo de AVC isquêmico; um paciente que estava no Salete. - Dr. Rodrigo Nicácio: Ele estava com AVC e não havia vaga neurocirúrgica em Cascavel. Esse paciente foi clicado na Central de Leitos, saiu vaga pra ele em Campo Largo. O caso foi regulado, eu afirmo pra o senhor que: não fui eu, eu não estava no plantão. – Vereador Jorge Bocasanta: Por que não foi o avião e foi o cara de ambulância daqui a Campo Largo? - Dr. Rodrigo Nicácio: Esse paciente foi regulado pelo médico do SAMU, junto ao médico do Hospital Salete, era um paciente com nível de consciência preservado. Mesmo tendo AVC foi entendido pelo médico do Salete e do SAMU que, o transporte por via terrestre era viável e estava indicado para o paciente. Ele foi transportado com absoluta segurança e sem nenhuma intercorrência, numa ambulância de UTI móvel. Se houvesse complicações, ele poderia neste caso específico, perder a vaga. Ele tinha horário limite pra chegar e o horário limite foi cumprido, graças ao uso do suporte avançado do SAMU que o levou com segurança. – Vereador Jorge Bocasanta: O cara tem um sangramento dentro da cabeça e nós temos helicóptero pra ser levado. Quem não vai saber que não vai sangrar, daqui a Campo Largo e de ambulância? Não é melhor de avião? Com certeza é melhor. Talvez, não sangrou no meio do caminho e ele veio a falecer? Vamos investigar tudo isso. Vou te mandar um papel, porque como ganho mais que tu, tenho a obrigação de trabalhar mais do que tu. Quero ver tudo que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

você mandou pra o promotor, pra Justiça, pra ver que alguém deve ser responsabilizado por essas mortes; vou no CRM, onde for preciso. Aqui, não tem politicagem; queremos que a saúde seja melhor. Vou lutar por isso e se tiver qualquer coisa, vou acionar você como chefe. Quero pedir pra Justiça, pra Promotoria, ver quantos requerimentos tem das mortes e, de tudo que você falou e que está gravado aqui. Quero a manifestação do Ministério Público, da saúde de Cascavel, pra ver o que estão fazendo ou se estão todos coniventes com essas mortes. - Dr. Rodrigo Nicácio: Gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade. Esses debates são saudáveis e produtivos, mesmo nos momentos mais quentes. Pra o Dr. Jorge Bocasanta somente informá-lo que: o serviço aeromédico, disponibilizado pelo Estado, que foi um compromisso de campanha do governador e que ele cumpriu com uma aeronave aqui em Cascavel, chegamos semana passada à marca de 640 pacientes transportados, por via aérea. Enquanto tem sol, condição meteorologia favorável e tem a indicação, o recurso aeromédico é utilizado; independente de quem seja o paciente. O recurso é muito bem utilizado e esperamos utilizar esse recurso em nossa região durante muito tempo. Muito obrigado! O e-mail do CONSAMU está disponível pra os senhores, é gabinete@consamu e estamos à disposição aqui, na Casa do Povo de Cascavel. Obrigado. – Presidente: Nós que agradecemos o seu atendimento ao nosso convite, tenho certeza absoluta que a luta e o interesse de todos nós é um só: melhorar o atendimento à saúde da nossa população, salvar todas as vidas que são possíveis salvar, evidentemente, mas eu posso deixar de testemunhar do seu trabalho à frente do CONSAMU. Tenho certeza que se não fosse vossa senhoria, o nosso problema da saúde pública em Cascavel seria ainda, maior. Então agradeço a sua presença. Agora, vamos para a ordem do dia. **ORDEM DO DIA:** Nós temos em uma única discussão e votação o Projeto de Resolução 05/2016, que concede licença ao vereador Pedro Marcondes Rios de Lima, do Partido Solidariedade, na forma que especifica. Em discussão o Projeto de Resolução. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; Projeto de Resolução nº 05/2016 concedendo licença ao vereador Marcos Rios, aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Eu convido o vereador Aldonir Cabral, pra que faça a vez de segundo secretário nesta Casa, durante a ausência do vereador Marcos Rios. Vossa Excelência passa a ser o nosso segundo secretário *a hoc*. Suspendo a sessão, a ordem do dia, para após a aprovação do Projeto de resolução que concedeu licença ao vereador Marcos Rios. Convoco então, o seu suplente Luiz Amélio Burgarelli do Partido Democrático Trabalhista – PDT, para que em substituição ao vereador Pedro Marcondes Rios de Lima, conforme a Resolução nº 3/2016 aprovada nesta sessão, tome posse nesta Casa. Devidamente empossado o vereador Luiz Amélio Burgarelli, que retorna a esta Casa, voltamos para a ordem do dia. Temos em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 156/2015, que dispõe sobre alterações na lei do uso do solo, nº 6179/2013 e suas alterações e dá outras providências. O projeto é de autoria do Executivo Municipal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Parabenizar o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Executivo por esse projeto, afinal há várias construções emperradas, devido algumas situações sobre a lei do uso do solo, mas enfim, ainda falta a questão principalmente das casas da região sul e que necessita urgentemente também, de aprovação. Estou vendo aqui, são salas comerciais, prédios, que agora poderão ser inclusive, novamente apreciados pela Secretaria de Planejamento; mas este vereador se preocupa também, com aquelas pessoas que compraram o seu terreno. Muitas compraram um lote para que pudessem dividir inclusive as despesas do pagamento e infelizmente, não conseguem construir as suas casas devido a isso, devido a esse Plano Diretor do Município de Cascavel. Avançou, mas também me fica... quando votaremos aqui, para aquelas pessoas que não têm condição de construir um prédio, pra aquelas pessoas que não têm condições de construir uma sala comercial? Eu quero falar daquelas pessoas, trabalhadores, que às vezes com aquele pouco dinheiro que tem, compra um terreno pra dividir, pra colocar duas casas no mesmo terreno. Vereador Walmir Severgnini, o senhor que sofre essa demanda juntamente comigo, juntamente com vereador Rômulo, sobre a questão da nossa região sul que está emperrada, está amarrada; dessa maneira, eu vou votar contrário, mas não está descartada amanhã deste vereador fazer uma Emenda, juntamente com todos os vereadores aqui, que se dispuserem ou até mesmo, nós retirarmos esse projeto do Executivo até que se resolva a questão das famílias, dos bairros. Porque como nós somos da região do Cascavel Velho, do Presidente, do Itália, Veneza e aqui, eu cito também lá do Pacaembu, da Faculdade, eu acho que nós também, temos que pensar nesses moradores que faz mais de cinco anos que estão tentando construir a sua casa e não constroem, devido a essa amarração do Plano Diretor. Eu espero que nos próximos dias seja resolvido; então vou votar favorável; mas quero dizer que se amanhã não passar a nossa Emenda solicitando também que: assim como os prédios terão direito, assim como as salas comerciais terão direito, eu quero também, ter o direito daquelas pessoas que precisam construir as suas casas e estão amarradas, devido esse Plano Diretor. Era o que tinha senhor presidente. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Importante à preocupação do vereador João Paulo e é necessário algumas alterações. Unicamente precisamos ser atentos de que o Plano Diretor do Município de Cascavel está em fase de revisão e é a oportunidade que esses vereadores têm de participarem das reuniões, que vão ser feitas nas regiões estabelecidas, pra que nós mudemos sim o Plano Diretor em algumas coisas e que possa e que não acabe de certa forma irresponsável e nós impermeabilizarmos toda a região da bacia do rio Cascavel; porque a questão ambiental está acima da questão econômica. Nós temos que preservar o nosso abastecimento de água, que nós temos no município. Eu não sou nenhum radical que não aceito conversar e dizer que é possível mudar algumas coisas. A questão da mudança pra mais de uma unidade habitacional no terreno, nós precisamos primeiro revisar o Plano Diretor. Não vou defender nesta Casa que nós alteremos a lei, sem antes mudar o Plano Diretor. Porque daí esta Casa está indo contra o Plano Diretor. Nós não podemos fazer legislação nesta Casa, sem antes alterar o Plano Diretor e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aquilo que o município está fazendo hoje aqui e que, está possibilitando no Projeto nº 156, que os condomínios que ampliam o círculo de 200 para 400 metros; já está contemplado no Plano Diretor, desde que respeite o Plano Viário de Transporte que são as ruas, que são as ligações das ruas arteriais, das ruas coletoras, que são as chácaras urbanas e nesse sentido, nós temos que aprovar isso. Porque nós estamos promovendo o adensamento urbano e não, o espalhamento do perímetro urbano. Fazemos loteamentos longe dos grandes centros, onde os bens públicos ficam mais distantes e temos que levar toda a estrutura urbana de novo. Nesse sentido, o projeto vem permitir que se construa e no sentido de ocupar, desde que respeite também, a permeabilidade e a taxa ocupacional, a elevação vertical. Nós teremos sim, uma permissão de ampliar a quantidade de unidades habitacionais, verticalmente aqui nesse projeto. E também atender o que, ele já está no Plano Diretor, que são os condomínios; desde que atenda o plano viário também num círculo de 400 metros. É muita responsabilidade desta Casa que temos que ter: precisa ser alterado algumas coisas, mas temos que ter cuidado também, nessa... ceder, afrouxar a corda pra que nós tenhamos um problema amanhã ou depois, ambiental; que é o abastecimento do rio Cascavel que se trata, sim não só da bacia de Cascavel, mas são todas as áreas de fragilidade ambiental e também, o abastecimento de água em nosso município, que é bacia do rio Cascavel. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: Concordo plenamente contigo, porque nós temos que fazer a verticalização da nossa cidade. Vejo o Lago Azul e, daqui uns dias temos loteamento pra lá da BR, que corta o Rodoanel aqui. Temos que começar limitar esses loteamentos. É um custo muito alto pra o município; porque deixam esses vazios e esses lotes que trazem doença, como a dengue e outras coisas mais e, estupro. Geralmente jogam lixo, porque nós não temos um Plano Diretor sério. Temos que fazer isso aí e, que veio uma coisa em boa hora: fazer com que o Plano Diretor seja o mais concentrado possível, para fazer com que o serviço público seja menos oneroso. Obrigado. – Vereador Nei H. Haveroth: Eu acho que o Plano Diretor foi certo. Na época que foi feito, era uma realidade. A bacia do rio Cascavel, as áreas de fragilidade ambiental, não tinha esgoto em nosso município. Hoje, Cascavel está ao nível de primeiro mundo, pela questão do esgoto. Se permitisse naquela época, a construção de diversas unidades habitacionais no mesmo terreno, nós estaríamos contaminando o nosso solo; que é o manancial de abastecimento da cidade. Hoje, nós já temos esgoto, então é possível dentro dessa revisão aí, convidarmos todos os vereadores a participarem da revisão do Plano Diretor, pra mudar um pouco essa realidade e desde que, não comprometa essas questões que estou falando, aqui. Podemos sim, melhorar algumas coisas que a questão da ocupação de duas unidades habitacionais dos 360 metros e que é o caso, embora tenha algumas loteadoras, empreendimentos aí, que já estão vendendo pra o cidadão lá e enganando a população. Em vez de vender dentro da realidade que a lei diz, vende já fazendo duas escrituras, sendo que ainda a lei não foi mudada. Aí o terreno é comprado por duas famílias e querem construir duas casas, sem antes mudar a legislação; então, vamos respeitar o Plano Diretor da cidade e aproveitar o momento da



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

revisão para mudar aquilo que, é possível mudar. No ano que vem então, após aprovação do Plano Diretor é claro que nós teremos a possibilidade disso. Nós também estamos propondo uma emenda pra amanhã, pra questão do recuo que também joga as propriedades pra baixo do fundo de vale. E o recuo, estamos alterando pra 3 metros que é o padrão da cidade e não os 5 metros que é colocado, já que é possível você aproveitar melhor, pra próximo da rua as construções. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Nós estamos diante de uma situação que na verdade, nós que somos moradores da região sul de Cascavel e também, outros locais que os rios passam, nós é que conhecemos a necessidade de fazer essa mudança: porque é isso que em partes o vereador Nei Haveroth explicou. O pai vai lá, compra um terreno, e eu quero chamar atenção dos senhores vereadores, que os nossos terrenos hoje são entorno de 360 metros, os últimos foram aprovados lá atrás. O pai vai lá e compra um terreno: ele faz uma economia durante muito tempo, pra dar entrada no terreno e ele vai lá e dá 10 contos na entrada e assume um parcelamento de 120 parcelas de R\$ 1.200,00 e quando ele vai lá na loteadora comprar o terreno, o vendedor não explica: -“é o seguinte, seu João, o senhor vai poder fazer uma casa só, no terreno”. Não. Ninguém explica nada e ele vai, dá o fruto da economia dele e assume uma parcela de R\$ 1.200,00 pra ficar pagando por 10 anos junto com o filho dele. Só que na hora de protocolar a construção efetiva das duas casas, ele é surpreendido com a notícia de que ele só pode fazer uma casa no terreno. Inviabiliza o projeto dele de fazer as duas casas, eles não conseguem continuar pagando os R\$ 1.200,00 por mês, eles perdem aqueles R\$ 10.000,00 que eles deram de entrada e ficam no prejuízo. E, além disso, obriga o morador a desobedecer às normas da cidade, porque ele precisa fazer uma casa pra seu filho morar atrás, do lado, seja de que lado for. Uma questão de justiça social. Agora, o que eu defendo nesta Casa e tenho sido muito firme e determinado? Se a Câmara de Vereadores não tem poder pra fazer algumas coisas, nós temos que colocar a mão na consciência. Por onde que vai passar o Plano Municipal de Educação? Passa por esta Câmara e depois o vereador não pode cobrar. Por onde passa o tal do CMDCA, aquele plano que foi aprovado há poucos dias? Por aqui. Por onde vai passar o Plano Diretor? Vai passar por aqui. Tudo passa pela Câmara; então, nós somos de fato o Poder Legislativo deliberativo, também no sentido de representar as pessoas nas suas necessidades e então é momento de nós colocarmos, conversamos com o vereador João Paulo de Lima. Acho que todos os vereadores aqui, pelo menos aqueles que sujam um pouquinho de poeira o seu sapato, já ouviram aí nos bairros essa reclamação. E a hora de fazermos a emenda que foi protocolada pela prefeitura é agora, não temos outro momento; o momento é este. Os terrenos são de 360 metros quadrados, o vereador João Paulo de Lima falou da emenda, temos uma emenda técnica feita também, pela Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo pra mudar essa cota pra 200 metros e para permitir que a pessoa faça essas duas casas. Agora, é importante que aquele percentual de permeabilidade que é de 50%, ele não é mudado. Então a pessoa vai conseguir fazer as duas casinhas dele dentro do



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mesmo 50% e, aquele percentual de permeabilidade ele continua. Nós vamos apresentar essa emenda, independente se do vereador João Paulo, o vereador ou pela Comissão, mas eu acho que essa justiça social precisa ser feita. As famílias precisam ter essa condição de construir duas casas; não há nada de mais. Foi feito um excesso de zelo naquele momento e a gente entende. O vereador Nei Haveroth explicou muito bem, a questão de que naquele momento não tinha o esgoto. Hoje, nós vivemos uma realidade diferente, o esgoto está sendo coletado; então vamos ajudar as pessoas, as pessoas estão reclamando. Eu acho que esta Casa dará uma grande contribuição, no sentido de aprovar no dia de amanhã essa emenda, reduzindo essa cota pra 200 e isso vai servir de subsídio para a discussão do Plano Diretor. Não vamos esperar pra o ano que vem, pra que as pessoas possam fazer a regularização da segunda casa. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: O projeto nº 156/60 é fruto de uma ampla discussão no Conselho Municipal das cidades, pelos técnicos e posteriormente, por uma audiência pública que foi feita aqui, na AMOP e que poucas pessoas participaram. Dizer que o que o vereador João Paulo explanou e o vereador Rômulo, eles têm razão. Precisamos discutir essa situação, mas neste projeto de lei não sei se é o momento para discutir isso. Dizer aos senhores que, nós não podemos permitir também, que se construa 7, 8 casas e, que viram verdadeiros caixotes num lote; e isso vinha acontecendo num passado não muito distante. Temos que resolver a situação ali do Maria Luiza, Parque São Paulo, do Universitário, Cascavel Velho, onde tem que discutir essa situação; porque a população tem nos cobrado. Tenho recebido a cobrança da população lá, naquela região e dizer que nós precisamos, os senhores vereadores precisam discutir e participar da revisão do Plano Diretor. Começou na quinta-feira passada, lá na região do Santa Cruz. Hoje tem reunião, amanhã inclusive nós temos reunião lá, na região do Parque São Paulo. Vai ter uma reunião do Plano Diretor, exclusivo para a região do Cascavel Velho, às 19:00 horas. Daqui a pouco esse Projeto de lei vai ter uma audiência pública, que vai ser realizada em junho, durante a nossa Conferência das Cidades e depois, logo na sequência o projeto virá pra esta Câmara Municipal para nós votarmos a revisão do Plano Diretor do município. Estaremos votando tudo que se trata de desenvolvimento urbano do município, para os próximos 10 anos. Claro que, teremos que ter nesse Plano Diretor todos os cuidados; porque não estamos pensando a cidade de hoje e de amanhã, estaremos pensando pelos próximos dez anos. Meu voto a este projeto é favorável. Foi amplamente discutido, nós do Conselho das Cidades debruçamos pra tirar todas as dúvidas que existiam e, é importante que os vereadores participem das audiências públicas. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Eu acho que o lote de 360 metros cabe muito bem na emenda e dependendo, a gente pode estar discutindo isso. Agora, os terrenos de 600 metros e que são da área de fragilidade ambiental, e não é só da bacia do Cascavel é de todo município, apenas duas unidades. Dependendo da emenda, não terá o apoio deste vereador; então pra adiantar: tem que ser uma coisa bem técnica, porque nós não podemos tolerar algumas situações que pode afetar totalmente o Plano



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Diretor da cidade. Obrigado! – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Estou ao seu lado nessa sua luta. Só pra dizer, da região do Universitário, Santa Felicidade, a reunião do Plano Diretor será no dia 25, lá no miniauditório da Unioeste. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Essa questão das minas, das regiões de fragilidade ambiental, dos rios, tem de haver toda proteção; agora, nós não podemos por esse caso específico inviabilizar todas as outras regiões, que não estão com essa característica ambiental. Nessas questões, somos plenamente favoráveis para que seja preservada esta questão. Agora, não podemos naturalmente inviabilizar todo o restante. Obrigado. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Só lembrar que, a reunião do Plano Diretor da região do Cascavel Velho será amanhã, às 19:00 horas, na escola Atílio Destro a qual o senhor vereador Walmir, que é daquela região também está convidado. Obrigado. – Presidente: Quero pedir ao nosso amigo Adir, que peça ao secretário do Planejamento que ele comunique, mande convite aos senhores vereadores de todas as reuniões de discussão do Plano Diretor; é evidente que esta Casa tem que participar das reuniões. Peço que a Secretaria de Planejamento comunique todas as datas e as previsões das reuniões da discussão do Plano Diretor. Em votação o Projeto de Lei nº 156/2015 que, dispõe sobre alterações na Lei do Uso do Solo nº 6.179/2013 e suas alterações e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal. Proceda a votação nominal, senhor primeiro secretário. (Não houve voto contrário) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini) – Secretário: A totalidade dos senhores vereadores votou favorável. – Presidente: Pela totalidade dos senhores vereadores, Projeto de lei nº 156/2015 aprovado. Passamos pra primeira discussão do Projeto de resolução nº 01/2016, que dispõe sobre a Comissão de processo de avaliação de desempenho funcional dos servidores efetivos da Câmara Municipal de Cascavel e dá outras providências, de autoria da mesa diretora. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Eu entendi, e entendo por onde já passei a minha vida trabalhando que, a avaliação de desempenho é feita normalmente pela chefia da pessoa que está em seu estágio probatório; podendo também, ter algumas informações que essa chefia pode pedir ao recursos humanos, saber se: houve faltas, atrasos, despesas médicas e assim sucessivamente. Compete também, certamente ao seu chefe imediato dar-lhe o treinamento. Não vejo porque tem que fazer uma Comissão para avaliar esta pessoa, com direito à remuneração, com direito a uma comissão em valores, aí em dinheiro para fazer essa avaliação. Eu acho que é dever daquele que recebe um novo empregado fazer essa avaliação, independentemente de qualquer oferta monetária. Portanto, eu achei isso aqui um absurdo. Eu acho que não é de se ficar distribuindo dinheiro dessa forma, eu acho que nós temos que realmente ter mais consciência do nosso trabalho e quando nós



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

assumimos um cargo de chefia, nós temos que saber que ali, nós vamos ter funcionários que nós vamos ter que avaliar: sejam novos ou funcionários antigos, venham de outro setor. Portanto, se houver setores que sempre vai estar fazendo rotatividade de empregados, vão ser muitos setores que vão ficar recebendo, com direito a receber até gratificações porque fazem parte da equipe de avaliação e poderão solicitar que seja feito o pagamento de uma gratificação. Portanto, eu não concordei nesse sentido e dei voto contrário na Comissão de Trabalho. Não consegui entender o projeto e acho que, não deveria passar projetos dessa natureza e que trazem apenas custos para esta Casa. E eu sei do compromisso do presidente, da mesa diretiva, de todos os vereadores de fazer economia e eu acho que um projeto desses não ajuda, nesse sentido. Portanto, essa é minha posição e nesse sentido o meu voto é contrário ao projeto. Obrigado. – Presidente: Agora falo como presidente, até esse projeto é da mesa diretora, senhores vereadores. Na verdade estamos apenas atendendo o que determina a Legislação federal, estadual e municipal, inclusive o Estatuto dos Servidores que determina a necessidade de você ter uma Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho. Então, na verdade não estamos inventando a roda é algo que já acontece, inclusive na Prefeitura e é necessário até, porque a ausência dessa comissão de avaliação está prejudicando a progressão dos servidores efetivos desta Casa. Então, por isso a necessidade do projeto regulamentar essa questão. Continua em discussão o projeto. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem. Registre-se o voto contrário do vereador Rui Capelão. Projeto de resolução nº 1/2016 aprovado pelos demais senhores vereadores. Vereador Cláudio Gaitero, pediu o adiamento do Projeto de lei do decreto legislativo nº 2/2016. – Vereador Cláudio Gaitero: Nosso outorgado está com grandes compromissos, tanto hoje, como amanhã; mas só que amanhã haverá possibilidade de estar presente, pra isso solicito adiamento pra amanhã, se é possível, pra nós votarmos então, esse Projeto de decreto legislativo nº 2 para que possamos fazer então, a deliberação na sessão de amanhã. Obrigado. – Presidente: Em votação o pedido de adiamento pra sessão de amanhã, pra deliberação em única votação do Projeto de decreto legislativo nº 2/2016. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem. Pedido de adiamento pra sessão de amanhã aprovado, do Decreto legislativo nº 02/2016. Temos as atas da 18ª, 19ª, 20ª e 21ª sessões ordinárias realizadas nos dias 4, 5, 11 e 12 de abril de 2016. Em discussão as atas. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; atas aprovadas pela totalidade dos vereadores presentes. Finda a matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra para inscrição de interesse público. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Questão de ordem. Devido compromissos profissionais, peço permissão pra me ausentar. – Presidente: Concedido. Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Venho falar aqui, um pouco sobre esses temas que nós debatemos agora, no início da sessão: sobre o que foi falado sobre o SAMU e sobre o que é que está acontecendo na saúde



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pública de Cascavel. Há ideias inclusive, e aqui já falei com alguns vereadores; mas vamos fazer um encaminhamento ao Executivo aqui da cidade, para que possa ser possível inclusive, nós deliberarmos para que o município, até que se construa o Hospital Municipal da região norte, nós possamos utilizar a Giacomo Lunardelli, ou seja, está parado o hospital Giacomo Lunardelli, por que então o município não fazer uma parceria, quem sabe para que nós possamos ajustar? Como ouvi aqui a fala do Dr. Rodrigo Nicácio que, o ano passado enquanto esse hospital funcionava não tinha necessidade nenhuma de estar tendo vaga zero, ou seja, as pessoas não estavam ficando muito tempo dentro das UPA's de Cascavel. Então essa ideia surgiu agora, neste momento para que nós possamos fazer esse encaminhamento com a assinatura de todos os que apoiam a saúde de Cascavel e, não só à Frente Parlamentar; mas também convocar os 21 vereadores, para que nós façamos esse encaminhamento ao secretário de Saúde, ao prefeito municipal da cidade para que de forma extrema, para que nós não deixemos essas pessoas inclusive, falecerem na UPA's, com problemas. E que nós possamos então, fazer esse encaminhamento de ver a possibilidade inclusive jurídica, para liberar esse hospital que está lá com as portas fechadas e tem aí na sua totalidade quase 120 leitos, que poderiam estar sendo disponibilizados pra saúde de Cascavel. Até porque eu vi, não foi da boca de nenhum dos vereadores, ouvi do chefe do consumo Dr. Rodrigo Nicácio que há quase 40 leitos disponíveis lá no HU, mas que a maioria dos enfermeiros estão com cargos de confiança. Nós precisamos também, fazer esse levantamento e temos que chamar aqui, o coordenador regional do Oeste para que ele possa explicar o porquê de até agora o Governo do Estado também, não se manifestou. Então senhores, quero encaminhar esse pedido nas próximas sessões, mas com assinatura de todos os senhores vereadores comprometidos: é um pedido; o Executivo é que define se pode ou não pode; mas eu gostaria que partisse desta Casa, desta Câmara de Vereadores o pedido e de que, nós pudéssemos reabrir novamente o Hospital Giacomo Lunardelli. Afinal o hospital municipal, com certeza, este ano: no máximo as fundações e levantar as paredes, tudo vai acontecer dentro do tempo previsto. Quero aqui agradecer esta Casa, porque foi através desta Casa que nós iniciamos toda a luta pela Fosfoetanolamina sintética e na última quarta-feira, a presidente, antes do impeachment, assinou a nossa lei da Fosfoetanolamina sintética para aquelas pessoas que sofrem com câncer. Então dessa maneira eu quero aqui, em nome desta Casa agradecer a todos os vereadores que participaram e que nos ajudaram. Inclusive na quarta-feira, pra comemorar essa assinatura, estive com o vereador Jaime Vasatta e o presidente da Casa, o vereador Gugu Bueno lá na Assembleia Legislativa do Paraná; onde fizemos um grande debate com os pesquisadores e também, com aquela população que necessita dessa medicação, ou seja, do remédio contra o câncer. Eu só quero deixar registrado nesta Casa a minha indignação com a Academia Nacional de Medicina, em nome do Francisco Sampaio que é o presidente. Os médicos aí do Brasil, infelizmente estão tentando barrar inclusive na Justiça e através do STF, para que essa liberação da Fosfoetanolamina sintética não aconteça. Sinceramente, lamentar a Associação



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Médica que faz um papel desses. Existem muitos médicos que já estão entendendo essa situação da Fosfoetilonammina sintética; mas alguns eu acho que estão com medo de perder as quimioterapias e as radioterapias, então dessa maneira eles querem eliminar logo esse comprimido. Então aqui vai o meu repúdio, tanto a eles como a Anvisa que já encaminhamos, inclusive um ofício assinado por pessoas do Brasil inteiro para que seja aberta uma CPI dentro do Congresso Nacional pra Anvisa. Afinal, quando são laboratórios se aprova rapidamente, quando é uma questão de urgência, aí demora. Sobre os testes clínicos, essa semana vocês verão nos meios de comunicação a nível nacional, o Dr. Gilberto Chierice, que é o pai da Fosfoetilonammina, ele vai falar, até agora ele não tinha dado nome aos bois; mas agora essa semana ele vai falar quem interrompeu esse trabalho dos cientistas há 20 anos. Então é esperar pra ver o que vai acontecer essa semana. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Professor Paulino: Me inscrevi exatamente pra isso, pra poder apoiar, vereador João Paulo a sua iniciativa e que o senhor expôs agora. No sentido de quem sabe, encontrar uma solução mais rápida, que seria, por que não, então a prefeitura que loca tantos prédios, por que não colocar então neste momento de urgência, o hospital que não está sendo usado e tem essa estrutura? Poderíamos estar salvando algumas vidas, pode contar com nossa assinatura, inclusive foi promessa que nós teríamos um hospital municipal até o final deste mandato. Infelizmente não tem, então pelo menos que a gente possa ter o hospital pelo menos locado. Fazer pressão aí, pra que o HU que conforme avaliação do SAMU, agora pouco aqui; fiquei bastante assustado naquilo que ele coloca. E eu acho que o Dr. Jorge Bocasanta tem uma cobrança muito importante quando ele pergunta: mas o que se faz com relação àquilo? Simplesmente palavras de desabafo e acho que a gente precisa buscar solução. Eu acho que essa sua proposta é importante, pode contar conosco. Obrigado. - Vereador João Paulo de Lima: Agradecer novamente o senhor Assis Gurgacz, que é o presidente da FAG até porque desde o início, quando eu fui com esse projeto a São Paulo para que nós possamos inclusive, fabricar essa medicação na cidade de Cascavel, ele nos deu todo apoio e vai iniciar os próximos dias; quero dar a notícia em primeira mão à Câmara de Vereadores, vai iniciar nos próximos dias a composição dessa medicação, da Fosfoetilonammina sintética na FAG. Até porque será como um experimento aos alunos de Farmácia e quero aqui, parabenizar o grupo Gurgaz por essa iniciativa de poder ajudar aquelas pessoas que têm câncer. Com isso a nossa cidade, não somente será vista com olhos diferentes voltados a essa cidade por essa doença maldita, mas também por todas as pessoas que virão até essa cidade para o tratamento e que utilizarão dessa cidade todos os serviços que essa cidade proporciona; então temos nos próximos dias, grandes alegrias pela frente. Era o que tinha, senhor presidente. – Presidente: Com a palavra vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Tendo em vista o adiantado da hora, abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Eu também, devido ao adiantado da hora deixarei pra falar, amanhã. – Presidente: Com a palavra vereador Rômulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Hoje nós estamos vivendo um momento ímpar na Nação brasileira, um



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

momento ímpar, devido a grande acontecimento que envolveu a Nação brasileira na data de ontem, 17 de abril de 2016. Sem sombra de dúvidas, uma das maiores manifestações legitimamente populares do Brasil, sem sombra de dúvidas, a primeira movimentação ou a primeira manifestação genuinamente do povo brasileiro no ato de impeachment. Eu digo, genuinamente, porque essa de fato foi à manifestação popular sem paixão política. Foi a primeira manifestação popular, a favor do impeachment e sem uma motivação às escondidas e sorrateira, como vimos em 1992, por ocasião do impeachment do presidente Collor. Naquele momento, o Brasil saiu às ruas para pedir o impeachment do presidente amplamente apoiado pela União Nacional dos Estudantes, apoiados pelo PT, apoiado por todos os Sindicatos para derrubar o Fernando Collor. O presidente Fernando Collor naquele momento e até aquele momento, nós entendíamos que era uma manifestação popular. 26 anos depois, nós descobrimos que se tratava na verdade de um berço formado pelo socialismo para implantar uma ditadura bolivariana, uma ditadura socialista, uma ditadura que tinha na verdade por objetivo dominar o Brasil, como dominaram por 14 anos. Se Deus quiser, as vozes das ruas continuarão sendo ouvidas e agora, o nosso Senado irá avalizar e abonar o que foi feito pela Câmara dos Deputados. Eu digo isso, porque a população brasileira, nosso povo que não ganhou um sanduíche pra ir protestar: o povo brasileiro pela primeira vez foi às ruas legitimamente, no verde amarelo e de fato correndo nas suas veias esse sangue nacionalista, esse sangue patriótico. Não foi pras ruas, motivado por R\$ 50,00 de diária, não foi pras ruas motivado por nenhum apoio sindicalista e de ordem nenhuma. Diferente daquela outra ala que estava lá, ontem; e então de fato foi à primeira manifestação isenta de ideologia partidária. Foi o povo brasileiro que saiu de casa, foi o povo brasileiro que foi pras ruas pra realmente expressar sua indignação. Eu falava ontem com um amigo que, esse Governo comprovou a sua incompetência, quando consegue pegar uma mina de ouro, uma mina de ouro que são as jazidas, que é a Petrobras, que é o Pré-sal, conseguiu pegar uma mina de ouro e fazer uma mina de ouro dar prejuízo. Esse é o motivo que levou as pessoas pras ruas: ao ver seu patrimônio ser dilapidado de maneira tão abrupta, cruel e desleal. Como um gestor público, pega uma mina de ouro e faz essa mina dar prejuízo? Não tem outra palavra é incapacidade administrativa. Quero falar que, graças a Justiça brasileira, aqueles empréstimos secretos foram liberados e a indignação da população que não ganhou sanduíche ou R\$ 50,00 pra ir pras ruas ontem, ela se dá por: empréstimos feitos a Cuba, por empréstimos feitos a Angola, por empréstimos à Venezuela. Senhores 414 bilhões de dólares foram empréstimos feitos pelo BNDES, no período de 2009 à 2014. A nossa grande contribuição dada pela Venezuela ao estado brasileiro, a grande contribuição dada a Cuba a nação brasileira, é aí que está em indignação o povo brasileiro: nenhuma ou pouquíssima contribuição comercial tem esses países com o Brasil. Em Cuba não tem Ministério Público para investigar um empréstimo que é feito. Lá não tem Tribunal de Contas que acompanha como um empréstimo realmente é executado. E o que acontece na prática cubana: eu vou lhe mandar aí 100 milhões de dólares, aí ninguém vai investigar; ninguém vai tirar a limpo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

se foi realmente investido ou não foi. Logo após, eu vou mandar um avião pra aí e daí nós combinamos o que nós fazemos com esse dinheiro, porque a justiça em Cuba não tem voz e foi exatamente isso, o que aconteceu. Porto de Mariel em Cuba, 682 milhões de dólares que foram tirados do povo brasileiro e, foram levados pra Cuba. Aí nós olhamos aqui pra nosso oeste do Paraná, que graças a Deus goza de uma profunda riqueza comercial, agrícola, pecuária, bancada por aqueles que são tidos como inimigos desse governo: que é propriedade privada, que são as cooperativas, que são aqueles que realmente estão apoiando o agronegócio. 682 milhões de dólares retirados pra serem emprestados para Cuba, linhas de metrô na Venezuela. E vocês já viram acabarem as obras do metrô em São Paulo, Rio de Janeiro, em Curitiba por ocasião da copa do mundo? Não e nem tão pouco vamos ver, porque a copa já passou. Mas na Venezuela a obra foi bancada pelo dinheiro do povo brasileiro. A obra de metrô lá em Caracas está feita com empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento e, na verdade tinha que trocar o nome para Banco internacional de Desenvolvimento; porque o seu grande apoio está lá fora. A barragem de Moamba Major em Moçambique, 460 milhões de dólares; essa é a indignação, esse é o motivo da maior vitória brasileira. Eu quero dizer aqui para os senhores que, esperamos que a voz da população brasileira também, encontre eco no Senado, ela também encontre eco nas demais organizações da Nação. O povo brasileiro saiu legitimamente às ruas e os nossos deputados, todos os deputados de Cascavel, todos os deputados do oeste do Paraná votaram ouvindo a população que: não aguenta mais esse assalto, esse acinte, esse enfrentamento produzido; desprestigiando o setor produtivo do oeste do Paraná e de todo o Brasil. Então esse compadrio está acabando, e é o motivo de comemoração, é uma data especial que nós estamos vivendo. Esse compadrio de tirar dinheiro limpo da população brasileira e mandar pra fora, ele já tem um fim. Ele já foi decretado e então, nosso cumprimento ao nosso Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados que ontem disse: chega disso. Não é golpe é contragolpe. – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. – Vereador Nei H. Haveroth: Questão de ordem. Só gostaria de reforçar o convite das reuniões do Plano Diretor. Como eu represento o Conciudades nesta Casa, obrigação minha estar repassando e tem no site do município a programação de todas as regiões, onde está acontecendo às sugestões do município da revisão do Plano Diretor, que são as reuniões regionalizadas pra depois fazer a audiência pública para revisão. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: Ontem, se deu mais um passo na liquidação do Estado Democrático no Brasil; onde o Congresso Nacional foi palco de uma patética ópera bufa, com atores de péssima qualidade, argumentando discursos patéticos a favor do impeachment e contra a legalidade. Ontem, deputados federais aprovaram o pedido de impeachment de uma presidente legitimamente eleita, a partir de um pretexto também patético, mentiroso, digno dessa triste ópera bufa, que é o pretexto das chamadas “pedaladas fiscais” e que até ontem, todos faziam, inclusive governadores de diversos estados do Brasil; mas que por qualquer motivo inconfessável todos poderiam fazer, menos a presidente Dilma. Tanto é que nas argumentações dos que votaram sim ao golpe, ninguém ou quase ninguém citou esse



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

crime. Segundo foi levantado por deputados federais, citaram diversos motivos pra votar pelo sim e apenas um, citou as pedaladas fiscais. Citaram Deus, a família, meu primo, minha família, meu tio, mas apenas um... e citaram até a maçonaria. E apenas um citou as pedaladas fiscais, por quê? Porque o verdadeiro argumento em relação à tentativa de impeachment não é e, nunca foi as pedaladas fiscais; mas uma disputa de poder comandada pelo que o deputado Sílvio Costa brilhantemente denominou de: PCC - Partido da Corja do Cunha. Esses ontem foram vitoriosos, com anuência dos deputados federais de Cascavel que, optaram por fazer a escolha pela escória da política, representados pelo Temer e pelo próprio Cunha, sob o pretexto risível de se combater a corrupção. A esses deputados nada mais restará do que ir para o lixo da história, pois não tenho dúvidas que a história não os absolverá. Em um determinado momento e de um belo livro chamado: Por quem os sinos dobram, de Ernest Hemingway que versa sobre a Guerra Civil Espanhola, um combatente pergunta para o outro: *Quem estará nas trincheiras ao seu lado?* E o outro replica: *Isso é importante?* E o primeiro conclui: *Mais do que a própria guerra.* Nessa guerra nós estivemos e estamos ao lado da legalidade e de toda intelectualidade nacional; ao passo que os deputados do sim, estão ao lado e serão lembrados por isso, do Partido da Corja do Cunha. Como já disse, ontem: o Congresso Nacional rasgou a nossa Constituição e deu o primeiro passo para abrir um perigoso precedente político de condenar, sem provas, um presidente eleito, a partir de interesses escusos e não republicanos; uma guerra de gangues. Quanto a nós, seguiremos mobilizados nas ruas, nas redes sociais, na expectativa de que esse grupo seja definitivamente barrado no Senado, pois caso contrário, voltaremos a ser aquela triste republiqueta de bananas e de péssima memória na história brasileira. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Obrigado, vereador; parabenizar pelo pronunciamento. Hoje pela manhã eu lhe fiz uma pergunta: desde quando que o PCdoB é assim e, vossa excelência me falou que, desde o início. E eu queria dizer o seguinte: que eu estou triste hoje, em função de que o País está passando, por essa lastimável situação. E aí eu fico aqui, me questionando: vossa excelência falou do Cunha, da corja do Cunha e o PT, PCdoB, perder pra corja do Cunha; aí realmente é muito preocupante, porque nós realmente estamos no fundo do poço. - Vereador Paulo Porto: Concordo com isso. O Brasil ficar refém de um gângster que é o Cunha, de outro gângster que é o Temer, é muito preocupante, muito preocupante. Dessa vez eu concordo com o líder do governo, vivemos dias trágicos pra democracia brasileira. Eu volto a dizer: ontem nós abrimos um precedente político, nós afastamos um presidente eleito sem nenhum crime, inclusive, não sou eu que falo: todos os juristas brasileiros, a grande maioria deles, fala a mesma coisa; foi julgamento político e foi muito ruim, porque abre um precedente que pode, inclusive, colocar em risco o Estado de Direito Brasileiro. Por isso eu entendo que vivemos dias tristes, onde o Brasil está refém do PCC, como diz o Sílvio Costa e não eu: o Partido da Corja do Cunha. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare: Obrigado, Paulo. Que ironia do destino, Hélio Bicudo, fundador histórico do PT toma a iniciativa junto com Miguel Reale Júnior; dois juristas da mais alta qualificação deste país, fundadores do PT



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

histórico e protocolam junto à Câmara, no caso, o pedido de impeachment pra companheira Dilma. É lógico que, se nós voltarmos pra história: quantas vezes também tentaram fazer com que os governantes de plantão na época, dentre eles o Fernando Henrique, foi tentado também o impeachment e; se voltar mais um pouquinho, qual é o crime que o Collor cometeu? Um Fiat Elba? Mas veja o rombo que está se cometendo hoje no Brasil e não só pelo que o pastor Rômulo, o vereador colocou; mas principalmente em termos... - Vereador Paulo Porto: Tempos difíceis, tão difíceis como o glorioso PDT do Brizola ter sido em nível nacional contra o impeachment e o nosso PDT local, lamentavelmente se aliar ao PCC, ao Partido da Corja do Cunha. Tempos difíceis. Muito obrigado. - Vereador Luiz Frare: Vota, e como vota. – Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Em virtude do horário, abro mão. – Presidente: Obrigado. Sendo a inscrição do vereador Professor Paulino a última do dia, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário